

## 1. Memória descritiva do orçamento

Nos documentos previsionais para 2020 verifica-se um aumento de 10,8 % face ao ano anterior.

O valor global do orçamento fixa-se em 21.333.865 €, de onde se destaca as aquisições de bens de capital com uma dotação orçamental de 7.752.627 € (36,3 % do total do orçamento).

Após a conclusão de projetos estratégicos para o Município tais como, a Remodelação do Cine Teatro S. João, a Requalificação do Mercado Municipal e a Melhoria do Desempenho Energético 1ª Fase, o Orçamento para o ano de 2020 centra as suas prioridades de investimento nas seguintes áreas:

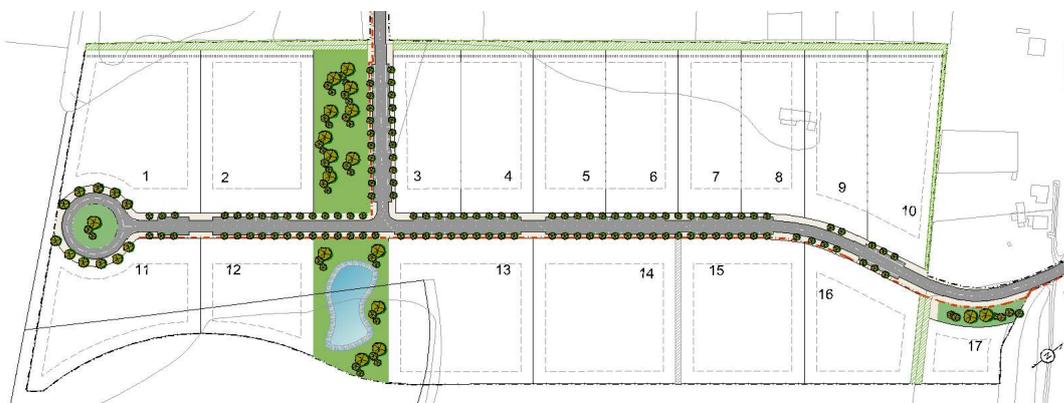
- Desenvolvimento económico, emprego e inovação;
- Coesão social;
- Segurança e Ordem Pública
- Sustentabilidade.

Neste sentido, dos projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos destacam-se:

### - Parque Empresarial do Entroncamento

Pretende-se, com o novo Parque Empresarial do Entroncamento a implementação de um espaço estruturado que possibilite a fixação de atividades económicas cuja atividade possa alavancar toda uma estratégia de desenvolvimento local e regional, promovendo a atratividade económica do concelho.

O projeto integra-se no Plano Estratégico do Município e localiza-se nos Casais Formigos/Casal Vidigal, concelho do Entroncamento e abrange uma área com cerca de 19 ha, com 16 lotes para atividades económicas e 1 lote para serviços de apoio.





#### **- Requalificação do Espaço Público – ARU 1**

Esta empreitada terá uma intervenção na Rua Eng.º Ferreira Mesquita, Travessa do Cais, Rua 1.º de Maio e Praça das Tílias. O objetivo é intervir profundamente numa das entradas principais da Cidade do Entroncamento.

A Rua Ferreira Mesquita há muito que necessita de intervenção, não só ao nível do pavimento, como ao nível da iluminação, sinalética, mobilidade e até mesmo ao nível estético.

Faz ainda parte da presente empreitada a qualificação de um espaço de recreio da antiga escola da Tílias. A intervenção passará pela criação de uma praça na zona envolvente ao edifício que permitirá gerar novas zonas de estadia e lazer e de encontro multigeracional. Será essencialmente um espaço de usufruto das pessoas dentro da cidade, com ligação a um espaço contíguo já existente e requalificado.

O valor da empreitada está estimado em cerca de 1.400.000 €, sendo financiada em 85 % por fundos comunitários.

#### **- Requalificação Urbana do Espaço Público, Equip. e Edificado nos Bairros Sociais - ARU3**

Em termos gerais, a intervenção visa a realização de um conjunto de ações contempladas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) do Município do Entroncamento, consideradas como prioridades de investimento (P.I.), designadamente no âmbito da P.I. 9.8 - Regeneração Urbana Associada a Comunidades Desfavorecidas, com intervenções no espaço público, em equipamentos de utilização coletiva e no edificado, numa área total de intervenção de aproximadamente 31.735,00 m<sup>2</sup>.

Os objetivos desta requalificação são:

1. Requalificação dos logradouros dos edifícios municipais da Rua General Humberto Delgado para a instalação de 20 hortas municipais;
2. Requalificação das vias estruturantes adjacentes ao Bairro social Frederico Ulrich;
3. Requalificação do edificado muito degradado ou em ruína do Bairro Social Frederico Ulrich, com intervenções prioritárias identificadas em 8 moradias;
4. Requalificação dos espaços verdes dos bairros sociais, nomeadamente a Praça da Rua Dr. Artur Proença Duarte;
5. Em complementaridade a esta praça e ao bairro social, propõe-se a requalificação do troço da Rua Eng. Alberto Saraiva e Sousa;
6. Requalificação do troço nascente da rua Coronel Joaquim Estrela Teriaga (entre a Rua Dr. Eugénio Lemos e a Rua Artur Dias Morga) e da Rua Artur Dias Morga, com vista à instalação de ciclovias;



7. Valorização paisagística na traseira da central elétrica / Rua Artur Dias Morga, com a introdução de faixa de estacionamento e arborização.

O valor da empreitada está estimado em cerca de 1.030.000 €, sendo financiada por fundos comunitários.

#### **- Edifício para Força de Segurança - Esquadra da P.S.P.**

Prevê-se a construção de uma nova esquadra da PSP com o objetivo de dar melhores condições à PSP no desenvolvimento da sua atividade. O projeto está neste momento em fase de conclusão, sendo o investimento na ordem dos 1.400.000 €.

Foi assinado em 11 de janeiro de 2019, entre o Município e a Secretaria Geral da Administração Interna, o protocolo de colaboração tendo em vista a celebração de contrato interadministrativo para a construção de novas instalações para a PSP.

#### **- Melhoria do Desempenho Energético do Município – 2ª Fase**

Pressupõe a conclusão da substituição das luminárias do concelho por tecnologia LED.

No final de 2019 fica concluída a substituição de cerca de 2.200 luminárias e prevê-se substituir mais 1800 entre 2020 e 2021.

#### **- Eficiência Energética - Piscinas Municipais**

Esta intervenção visa a realização de um conjunto de medidas de melhoria de eficiência energética nomeadamente a substituição da cobertura. Pretende-se com este investimento a redução da fatura energética.

#### **- Projeto de Eficiência Hídrica**

É objetivo do presente projeto implementar uma solução hidráulica técnico-economicamente vantajosa que permita colocar as perdas num nível muitíssimo mais baixo, de modo a ser aceitável e comportável pela Autarquia, ou seja, pelos cidadãos do Entroncamento e que, conseqüentemente, liberte recursos económicos e ambientais, melhorando simultaneamente a qualidade do serviço à População. Prevê-se que o investimento total seja na ordem dos 1.400.000 €, havendo possibilidade de financiamento comunitário.

Destaca-se ainda um conjunto de outros investimentos, tais como:

- Consolidação das Margens da Albufeira do Bonito
- Beneficiação do CM1179 - Ligação concelho Entroncamento até limite T. Novas - Z.I. Riachos
- Pista de Atletismo - Pavimento



O documento em apreço segue o caminho percorrido em anos anteriores, o qual, consiste no rigor e contenção da despesa para que se consiga criar oportunidades de investimento.

Entroncamento, 29 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria



## 2. Cenário Macroeconómico para 2020

O cenário macroeconómico subjacente ao Projeto de Plano Orçamental para 2020 mantém a projeção de 1,9% para o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, tal como consta do Programa de Estabilidade 2019-2023, publicado em abril deste ano. Esta projeção representa uma desaceleração face a 2018, incorporando uma moderação do crescimento do consumo privado, um abrandamento do crescimento das exportações, e uma aceleração do crescimento do investimento. A diminuição do ritmo de crescimento das exportações reflete um contexto de desaceleração dos nossos principais parceiros económicos, o que se traduz num impacto na procura externa dirigida a Portugal.

Para 2020, o cenário macroeconómico subjacente ao Projeto de Plano Orçamental prevê uma ligeira aceleração do crescimento do PIB para 2%. Esta projeção assenta na antecipação de uma recuperação do crescimento económico na área do euro, em linha com as previsões de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional.

A recuperação do crescimento na área do euro, principal parceiro comercial de Portugal, deverá refletir-se numa aceleração da procura externa e, portanto, do crescimento das exportações. A economia portuguesa tem-se manifestado relativamente resiliente à desaceleração da área do euro e deverá, também por isso, ter boas condições para beneficiar de uma melhoria na conjuntura internacional. A aceleração do crescimento do investimento público (9,7% em 2019 para 16,2% em 2020) deverá ainda contribuir positivamente para o aumento do ritmo de crescimento da economia.

No que respeita às contas públicas, e uma vez mais considerando que se trata de um cenário de políticas invariantes, o Projeto de Plano Orçamental submetido à Comissão Europeia incorpora a nova base de contas nacionais divulgada recentemente pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e projeta para 2020 uma evolução das contas públicas consonante com a previsão de crescimento económico supracitada, bem com o impacto orçamental de todas as medidas políticas já adotadas no Orçamento do Estado para 2019.

A revisão de +0,1 pp da projeção do saldo orçamental para 2019 (de -0,2% para -0,1%) justifica-se pelo melhor comportamento da receita. Em 2020, o Projeto de Plano Orçamental prevê uma evolução da receita em linha com o crescimento nominal do PIB, enquanto que a despesa pública evolui de forma consentânea com os compromissos políticos assumidos ao longo da legislatura que agora termina. Salienta-se aqui o impacto orçamental decorrente da fase final do processo de descongelamento das carreiras da Administração Pública; os projetos de investimento público, entretanto autorizados e, nalguns casos, já em execução; e o crescimento das prestações sociais decorrente do reforço da prestação social para a inclusão, do subsídio de parentalidade e do abono de família.

Fonte: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=projeto-de-plano-orcamental-2020>



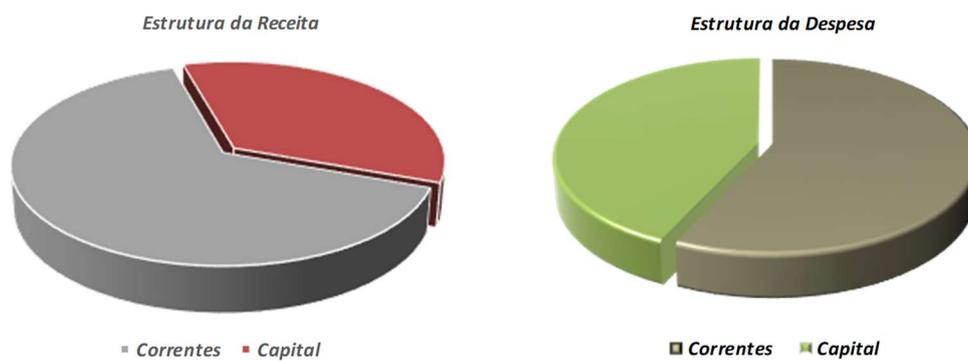
### 3. Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano

#### 3.1. Valor Global do Orçamento

O orçamento do município do Entroncamento para o ano de 2020 totaliza 21.333.865 € e tem a seguinte composição:

<i>Designação</i>	<i>Receitas</i>		<i>Despesas</i>	
	<i>Valor €</i>	<i>%</i>	<i>Valor €</i>	<i>%</i>
Correntes	13.900.541	65%	12.136.255	57%
Capital	7.433.324	35%	9.197.610	43%
<b>Total</b>	<b>21.333.865</b>	<b>100%</b>	<b>21.333.865</b>	<b>100%</b>

Representação Gráfica:



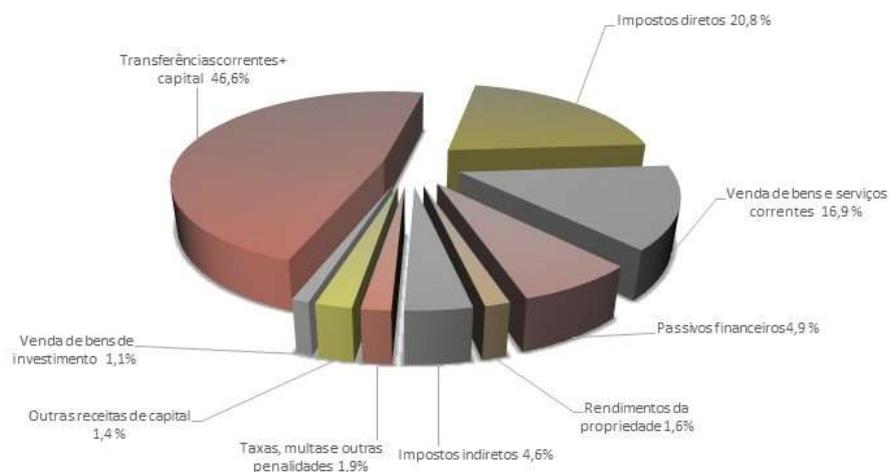


### 3.2. Previsão das receitas

A receita municipal prevista para o ano de 2020 ascende a 21.333.865 €. Face à receita orçamentada em 2019 verifica-se um acréscimo de 10,8 %, ou seja, mais 2.075.010 €.

Rubricas	Previsão 2019		Previsão 2020		Evol. 2020/2019		Peso relativo	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	2019	2020
01 Impostos diretos	4.003.224	20,8%	4.379.483	20,5%	376.259	9,4%	29,4%	31,5%
02 Impostos indiretos	887.578	4,6%	830.222	3,9%	-57.356	-6,5%	6,5%	6,0%
04 Taxas, multas e outras penalidades	370.737	1,9%	369.932	1,7%	-805	-0,2%	2,7%	2,7%
05 Rendimentos da propriedade	304.121	1,6%	317.233	1,5%	13.112	4,3%	2,2%	2,3%
06 Transferências correntes	4.759.078	24,7%	4.913.155	23,0%	154.077	3,2%	35,0%	35,3%
07 Venda de bens e serviços correntes	3.247.011	16,9%	3.052.061	14,3%	-194.950	-6,0%	23,9%	22,0%
08 Outras receitas correntes	39.896	0,2%	38.455	0,2%	-1.441	-3,6%	0,3%	0,3%
<b>Total de receita correntes</b>	<b>13.611.645</b>	<b>70,7%</b>	<b>13.900.541</b>	<b>65,2%</b>	<b>288.896</b>	<b>2,1%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
09 Venda de bens de investimento	208.969	1,1%	216.048	1,0%	7.079	3,4%	3,7%	2,9%
10 Transferências de capital	4.219.790	21,9%	5.245.721	24,6%	1.025.931	24,3%	74,7%	70,6%
12 Passivos financeiros	950.000	4,9%	1.512.354	7,1%	562.354	59,2%	16,8%	20,3%
13 Outras receitas de capital	268.450	1,4%	459.200	2,2%	190.750	71,1%	4,8%	6,2%
14 Repos. não abatidas nos pagamentos	1	0,0%	1	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Total de receitas de capital</b>	<b>5.647.210</b>	<b>29,3%</b>	<b>7.433.324</b>	<b>34,8%</b>	<b>1.786.114</b>	<b>31,6%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total de receitas</b>	<b>19.258.855</b>	<b>100,0%</b>	<b>21.333.865</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.075.010</b>	<b>10,8%</b>		

O gráfico permite visualizar a previsão da distribuição das receitas por capítulos, onde se destacam, pelo seu volume as **Transferências correntes e de capital (47,6 %)**, seguidas de 3 rubricas que no seu conjunto representam 41,9 % da previsão: **impostos diretos, venda de bens e serviços correntes e passivos financeiros**.





No que diz respeito às rubricas de impostos, taxas e tarifas, as mesmas foram inscritas com base no disposto na alínea a) do ponto 3.3.1 do POCAL na redação que lhe foi conferida pelo DL n.º 84-A/2002 de 5 de abril, isto é, não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, excetuando-se as receitas novas ou atualização de impostos, taxas e tarifas, cuja deliberação já tenha sido tomada.

Veja-se de seguida, de forma detalhada, as diversas rubricas que compõem a receita:

**01 – Impostos Diretos**

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2.808.950	64,14%
010203	Imposto único de circulação	449.515	10,26%
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	789.410	18,03%
010205	Derrama	331.605	7,57%
010207	Impostos abolidos		0,00%
01020701	Contribuição autárquica	1	0,00%
01020702	Imposto municipal de sisa	1	0,00%
01020703	Imposto municipal sobre veículos	1	0,00%
	<b>TOTAL "IMPOSTOS DIRETOS"</b>	<b>4.379.483</b>	<b>100,00%</b>

A maior verba desta rubrica provém do IMI, que foi calculado com base em elementos retirados dos ficheiros disponibilizados no Portal das Finanças com a referência cadastral de todos os prédios registados e aplicada a **taxa de 0,35 %**.

Os restantes impostos foram calculados com base na média dos últimos 24 meses (regra previsional acima descrita) à exceção dos impostos abolidos cuja rubrica apenas ficou aberta acautelando entrada de receita referente a situações antigas.



**02 – Impostos Indiretos**

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
02020601	Mercados e feiras	21.025	2,53%
02020602	Loteamentos e obras	760.780	91,64%
02020603	Ocupação da via pública	18.080	2,18%
02020605	Publicidade	4.376	0,53%
<b>02020699</b>	<b>Outros</b>		
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	6.170	0,74%
0202069903	Taxa de Proteção Civil	1	0,00%
0202069999	Outros	19.790	2,38%
	<b>TOTAL "IMPOSTOS INDIRETOS"</b>	<b>830.222</b>	<b>100,00%</b>

“Impostos Indiretos” totaliza uma previsão de receita no valor de 830.222 €, sendo “loteamentos e obras” a rubrica com maior expressão, representando 91,64 %.

Na previsão desta rubrica foram considerados os projetos que deram entrada no Município, havendo a expectativa que os mesmos se realizem.

O valor previsto diz respeito a:

**Requerente:** Insólito - Rumo

**Local:** Quinta das Vendas

**Previsão de receita:** 400.000 €

**Requerente:** Nabão XXI

**Local:** Ferreira de Castro

**Previsão de receita:** 217.723,31 €

**Requerente:** Rosa & Tomaz

**Local:** Av. Forças Armadas / Rua Dr. Francisco Sá Carneiro

**Previsão de receita:** 61.639,86 €

**Requerente:** Tavares & Filhos

**Local:** Rua Adelaide Cabete

**Previsão de receita:** 34.008,49 €

**Requerente:** Carlos Jorge Sousa Gameiro

**Local:** Rua Vitorino Magalhaes Godinho

**Previsão de receita:** 11.632,94 €

**Requerente:** Cellwater - Produtos Químicos para Indústria Unipessoal, Lda.

**Local:** Pavilhão Industrial - Zona Industrial - Lote I 29

**Previsão de receita:** 10.740,92 €



**Requerente:** Vigobloco

**Local:** Zona Industrial, lote I 33

**Previsão de receita:** 8.773,13 €

**Requerente:** Feitor Unipessoal, Lda

**Local:** Zona Industrial - 2ª Fase - Lote 6 e 7

**Previsão de receita:** 9.189,28 €

**Requerente:** João Alberto Pereira Cardoso e Outra

**Local:** Zona Industrial - Lote I23

**Previsão de receita:** 3.861,68 €

**Requerente:** Templo Real - Construção Civil, Lda

**Local:** Rua do Choupal, Lote 54

**Previsão de receita:** 3.209,56 €



**04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades**

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
<b>0401</b>	<b>Taxas</b>		
04012301	Mercados e feiras	152.810	41,31%
04012302	Loteamentos e obras	51.633	13,96%
04012303	Ocupação da via pública	17.024	4,60%
0401239999	Outras		0,00%
040123999905	Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	28.577	7,72%
040123999906	TRH - Água	26.780	7,24%
040123999907	TRH - Saneamento	7.439	2,01%
040123999999	Outras	25.996	7,03%
<b>0402</b>	<b>Multas e outras penalidades</b>		
040201	Juros de mora	37.680	10,19%
040202	Juros compensatórios	17.695	4,78%
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	1.748	0,47%
040299	Multas e penalidades diversas	2.550	0,69%
	<b>TOTAL "TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES"</b>	<b>369.932</b>	<b>100,00%</b>

A previsão efetuada nesta rubrica teve por base a média da receita cobrada nos últimos 24 meses. “Mercados e Feiras” assume-se como a receita com maior influência, representando 41,31 % do total da previsão.

A rubrica “**outros**” diz respeito a:

Comparticipação em Transportes Escolares, Alvarás de ruído, Cemitério, Certidões, Horários de Funcionamento, Renovação de Cartões, Autenticação de fotocópias entre outras.

**05 – Rendimentos de Propriedade**

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
0502	Juros-Sociedades financeiras		
050201	Bancos e outras instituições financeiras	1	0,00%
050703	Dividendos - Empresas Privadas	1	0,00%
050999	Participação nos Lucros de A. Publica	1	0,00%
0510	Rendas		
051001	Terrenos	21.714	6,84%
051005	Bens de dominio público	1	0,00%
051099	Outros	295.515	93,15%
	<b>TOTAL "RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE"</b>	<b>317.233</b>	<b>100,00%</b>

“Rendimentos de Propriedade” totaliza uma previsão de receita no valor de 317.233,00 €.



“Terrenos” diz respeito às rendas que o município recebe fruto das instalações de antenas de telecomunicações em terrenos do município.

“Outros” diz respeito à renda de concessão paga pela EDP Distribuição ao Município.

**06 – Transferências Correntes**

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
060102	Privadas	1	0,00%
060202	Companhias de seguros e fundos de pensões	22.730	0,46%
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.957.429	39,84%
06030102	Fundo Social Municipal	274.907	5,60%
06030103	Participação fixa no IRS	1.157.692	23,56%
06030104	Artigo 38.º, n.º 8 da Lei 73/2013	1	0,00%
06030105	Transferência de Competências - Lei n.º50/2018	1	0,00%
06030199	Outras	1.307.976	26,62%
060306	Estado - Part. comunitária projetos co-financiados	166.936	3,40%
060604	Segurança Social - O. Transferências	25.482	0,52%
	<b>TOTAL "TRANSFERÊNCIAS CORRENTES"</b>	<b>4.913.155</b>	<b>100,00%</b>

“Outras” refere-se a transferências provenientes das seguintes entidades:

<b>Instituto de Emprego e Formação Profissional</b>	
Contratos de Emprego e Inserção (CEI / CEI+)	35.535,00
Estágios PEPAL	60.416,00
<b>Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares</b>	
Acordo Pré-Escolar - Apoio à Família (Refeições + Prolongamentos)	124.940,00
Manutenção do Parque Escolar	20.000,00
Atividades de Enriquecimento Curricular	44.645,00
<b>Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira</b>	
Transferência de Competências - Pessoal Não Docente	780.710,00
<b>Direção Geral da Administração Interna</b>	
Adm. Eleitoral	720,00
<b>Departamento da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo</b>	
Fundo Florestal	27.875,00
<b>Transferências do OE</b>	
Participação de 7,5 % na Receita de IVA (Art. 26-A da Lei das Finanças Locais)	213.135,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.307.976,00</b>



“Estado – Comparticipação Comunitária”, diz respeito à comparticipação nos seguintes projetos:

COMPONENTE	Valor 2020
<b>DESPESA CORRENTE</b>	
<b>ITI</b>	
Programa de Animação do Património - Steampunk Fest (CIMT)	55.250
Caminhos do "Ferro" e Caminhos da "Pedra"	9.142
Plano Estratégico Educativo e Revisão da Carta Educativa	18.819
PEDIME	83.725
<b>Total Previsto</b>	<b>166.936</b>

No que diz respeito às transferências do Orçamento de Estado (FEF, IRS, FSM), totalizam 3.702.128,00 €. O valor é idêntico ao de 2019 porque ainda não existe uma proposta do OE para 2020, não sendo possível por isso estimar outro valor.

Transferências do Estado	2019	2020	Var.	
			Valor €	%
<b>Correntes</b>	<b>3.390.028</b>	<b>3.390.028</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Fundo de equilibrio financeiro	1.957.429	1.957.429	0	0,0%
Fundo social municipal	274.907	274.907	0	0,0%
IRS	1.157.692	1.157.692	0	0,0%
<b>De capital</b>	<b>312.100</b>	<b>312.100</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Fundo de equilibrio financeiro	217.492	217.492	0	0,0%
Art. 35 nº3 da Lei Nº 73/2013	94.608	94.608	0	0,0%
<b>Total "Transferências Estado"</b>	<b>3.702.128</b>	<b>3.702.128</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>



**07 – Venda de Bens e Serviços Correntes**

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%	
Água	1.260.051	41,29%	79,68%
Saneamento	664.953	21,79%	
Resíduos sólidos	506.968	16,61%	
Parques de estacionamento	226.567	7,42%	
Fornecimento de Refeições Escolares	111.585	3,66%	
Rendas	100.361	3,29%	
Transportes de pessoas e mercadorias	78.095	2,56%	
Serviços desportivos	45.365	1,49%	
Prolongamento de Horários Escolares	18.343	0,60%	
Serviços Culturais	31.190	1,02%	
Outros produtos acabados e intermédios	3.596	0,12%	
Outros serviços	1.978	0,06%	
Ligações ao sistema público de água (suspensão/reinício)	1.094	0,04%	
Trabalhos por conta de particulares	985	0,03%	
Mercados e feiras	865	0,03%	
Livros e documentação técnica	55	0,00%	
Inertes	1	0,00%	
Outras Mercadorias	1	0,00%	
Sucata	1	0,00%	
Outros desperdícios, resíduos e refugos	1	0,00%	
Inertes	1	0,00%	
Aluguer de espaços e equipamentos	1	0,00%	
Vistorias e ensaios	1	0,00%	
Execução de Ramais de Ligação > 20 M	1	0,00%	
Verificação de Contadores	1	0,00%	
Recolha de Águas Residuais por Meios Moveis	1	0,00%	
<b>TOTAL "VENDA DE BENS E SERVIÇOS"</b>	<b>3.052.061</b>	<b>100,00%</b>	

Com a Venda de Bens e Serviços o município prevê arrecadar 3.052.061 €.

A receita com “Água”, “Saneamento” e “Resíduos Sólidos” representa 79,68 % das previsões efetuadas, ou seja, 2.431.972 €. A previsão de receita foi feita com base no estudo que acompanha a proposta de tarifário para 2020.

A previsão de receita das restantes rubricas foi efetuada com base na média da receita cobrada nos últimos 24 meses.



### 08 – Outras Receitas Correntes

Na rubrica “**outras receitas correntes**” o município prevê uma receita de 38.455 €. A execução desta receita resulta dos patrocínios feitos por diversas entidades para as Festas da Cidade e outras receitas correntes que não tenham enquadramento nas rubricas anteriores.

### 09 – Vendas de Bens de Investimento

A previsão de receita para venda de bens e investimento é de 216.045 €.

A previsão é feita com base em:

- Média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imoveis nos últimos 36 meses (artigo 104.º da Lei 71/2018 de 31 de dezembro – LOE 2019);

- Receita proveniente da alienação do Lote nº 4 sito na Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material (com área de 311 m2).

A alienação deste lote de terreno consta no contrato de empreitada da Requalificação Urbana da Praça Salgueiro Maia assinado entre o Município e a firma João Salvador Lda em 05/03/2008. No contrato era referido que uma das formas de pagamento da empreitada era o terreno acima referido, avaliado em 180.000 €.

Com a entrada em insolvência da firma João Salvador este processo ficou suspenso, contudo, tendo em conta que se encontra inserido no Plano Plurianual de Investimentos no **projeto 03.008 2014/22-7 – Requalificação Urbana – Praça da Republica e Monumento ao Trabalhador Ferroviário** uma dotação de 171.168 €, referente a faturação emitida e não paga e uma vez que o município só irá proceder ao pagamento através da alienação do terreno optou-se por colocar do lado da receita o valor equivalente ao terreno.

### 10 – Transferências de Capital

No que respeita às transferências de capital do Estado, o valor justifica-se em grande parte pelos Projectos Co-Financiados através do FEDER e DGEST, conforme demonstra mapas seguintes.

**Cooperação técnica e financeira (contratos-programa):**

Componente	2020
Edifício para Força de Segurança - Esquadra da P.S.P.	692.710,00
<b>Total</b>	<b>692.710,00</b>



Participação comunitária em projetos cofinanciados:

COMPONENTE	Valor 2020
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	
<b>ITI</b>	<b>568.908</b>
Melhoria do Desempenho Energético do Município - Iluminação Pública (ITI)	183.784
Efic. Energetica - Piscinas Municipais	332.500
Gabinete de Saúde Oral do Entroncamento	17.000
Interaje - Aprendizagem Colaborativa	17.850
Arquivo Digital	17.774
<b>PORTUGAL 2020</b>	<b>3.672.004</b>
Requalificação de Espaços Verdes	17.779
Ciclovía da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e Freguesia de São João Baptista	22.593
Requalificação do Bairro Municipal da Rua General Humberto Delgado	1.196
Reabilitação do Mercado Municipal	35.412
Recuperação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 2,3 Dr. Ruy De Andrade	24.588
Reabilitação do Cineteatro e Edifício Contíguo	87.597
Req. Urbana Espaço Publico, Equip. e Edificado nos Bairros Sociais - ARU3	899.696
Parque Empresarial do Entroncamento	1.188.485
Requalificação do Espaço Publico - ARU 1	1.176.137
Requalificação Espaço Publico - Bairro Camões	79.514
Mobilidade Urbana	106.487
Projeto de Eficiência Hídrica	28.020
Aquisição Veículos Elétricos	4.500
<b>Total Previsto</b>	<b>4.240.911</b>



## 12 – Passivos Financeiros

A previsão de receita é de 1.512.354 €.

Diz respeito a:

- Empréstimo de curto prazo que servirá para gestão de tesouraria do Município. Este empréstimo não está neste momento a afetar o equilíbrio do Orçamento uma vez que a verba está contemplada do lado da receita e da despesa.

O empréstimo em questão será em modalidade de conta corrente, e será amortizado na sua totalidade até ao final de 2020.

Tendo em conta que a liquidação do empréstimo em causa irá ser efetuado até final do ano, ou seja, é considerado como dívida fluante, não está sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas.

- Empréstimos contratados para investimento para fazer face às empreitadas:

<b>Até 338.000 € - Obras Participadas</b>
Rua Eng. Ferreira Mesquita, Escola das Tílias (...)
Req. Urbana Bairros Sociais
<b>Até 685.335 € - Obras Não Participadas</b>
Consolidação das Margens do Bonito
Pavimentação - Adutora
CM 1179 Riachos
Pista de Atletismo

## 13 – Outras receitas de capital

- Acionamento das seguintes garantias bancárias para correção de defeitos e loteamentos não concluídos.

Descrição	Valor
Loteamento Casal Saldanha Norte - Infraestruturas Elétricas	22.000,00
Escola Básica EB 2/3 Dr. Ruy Andrade - Correção de Defeitos	37.200,00
Conclusão das Obras de Urbanização - Loteamento "Fontalgarve"	400.000,00
<b>Total</b>	<b>459.200,00</b>



### 3.3. Dotação das despesas

A despesa prevista para o ano de 2020 ascende a 21.333.865 € apresentando, em relação à despesa orçamentada em 2019, um aumento de 10,8 %, ou seja, mais 2.075.010 €.

Rubricas	Dotação 2019		Dotação 2020		Evol. 2020/2019		Peso relativo	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	2019	2020
01 Despesas com o pessoal	5.674.870	29,5%	5.791.705	27,1%	116.835	2,1%	47,6%	47,7%
02 Aquisição de bens e serviços	5.503.747	28,6%	5.507.237	25,8%	3.490	0,1%	46,2%	45,4%
03 Juros e outros encargos	132.765	0,7%	125.001	0,6%	-7.764	-5,8%	1,1%	1,0%
04 Transferências correntes	415.497	2,2%	510.170	2,4%	94.673	22,8%	3,5%	4,2%
06 Outras despesas correntes	197.196	1,0%	202.142	0,9%	4.946	2,5%	1,7%	1,7%
<b>Total de despesas correntes</b>	<b>11.924.075</b>	<b>61,9%</b>	<b>12.136.255</b>	<b>56,9%</b>	<b>212.180</b>	<b>1,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
07 Aquisição de bens de capital	5.738.431	29,8%	7.752.627	36,3%	2.014.196	35,1%	78,2%	78,2%
08 Transferências de capital	51.105	0,3%	27.254	0,1%	-23.851	-46,7%	0,7%	0,7%
09 Ativos financeiros	35.455	0,2%	17.727	0,1%	-17.728	0,0%	0,5%	0,5%
10 Passivos financeiros	1.379.000	7,2%	1.400.001	6,6%	21.001	1,5%	18,8%	18,8%
11 Outras despesas de capital	130.789	0,7%	1	0,0%	-130.788	0,0%	1,8%	1,8%
<b>Total de despesas de capital</b>	<b>7.334.780</b>	<b>38,1%</b>	<b>9.197.610</b>	<b>43,1%</b>	<b>1.862.830</b>	<b>25,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total de despesas</b>	<b>19.258.855</b>	<b>100,0%</b>	<b>21.333.865</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.075.010</b>	<b>10,8%</b>		

As despesas correntes representam 56,9 % do total do orçamento, ficando as despesas de capital com 43,1 %.

Com a rubrica “Despesas com Pessoal” o município prevê gastar 5.791.705 €, ou seja, mais 2,1 % do orçamentado no ano anterior.

“Aquisições de Bens e Serviços” representam 25,8 % do orçamento, ficando praticamente idêntico face ao ano anterior.

O quadro seguinte demonstra as principais rubricas quem compõem as Aquisições de Bens e Serviços.

Designação	Dotação
Outros Serviços	1.545.166,00
Água	1.137.875,00
Encargos das instalações	389.479,00
Consumo de Energia	380.340,00
Alimentação-Refeições confeccionadas	208.330,00
Outros trabalhos especializados	207.455,00
Outros bens	182.980,00
Gasóleo	147.501,00
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	134.276,00
Gás	111.236,00
Comunicações	105.832,00
Assistência técnica	100.932,00
Encargos de cobrança de receitas	80.000,00
Limpeza e higiene	75.962,00
<b>Total</b>	<b>4.807.364,00</b>
Total das ABS	5.507.237,00
%	<b>87%</b>

Na rubrica de “outros serviços” estão contempladas várias despesas entre as quais: saneamento, resíduos sólidos, atividades culturais e outras.

“**Juros e Outros Encargos**” refere-se aos juros de empréstimos de MLP, juros de locação financeira, juros de fornecedores e encargos bancários.

A previsão de despesa é no valor de 125.001 €.

“**Transferências Correntes**” a previsão de despesa é de 510.170 €. Refere-se principalmente a apoios dados às associações e a despesas com programas ocupacionais (pessoal do centro de emprego e estágios PEPAL). De referir que em relação às associações está previsto um aumento de 9 % face aos valores deliberados em 2019.

“**Outras Despesas Correntes**” prevê gastar 202.142 €.

Nesta rubrica são classificados as restituições, indemnizações e reembolsos que o município tem de fazer.

No que diz respeito às despesas de capital temos:

“**Aquisição de Bens de Capital (PPI)**”

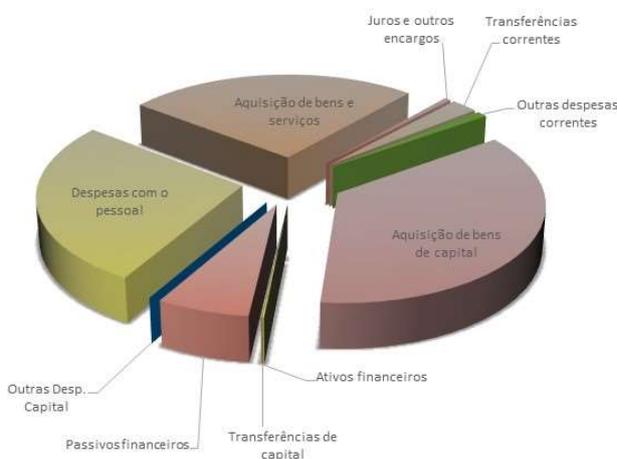
Será objeto de análise detalhada no ponto seguinte, já que tem correspondência com o Plano Plurianual de Investimentos.

“**Transferências de Capital**” prevê-se despesas no valor de 27.254 €. Está principalmente relacionado com os projetos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (ver detalhe no mapa das AMR).

“**Ativos Financeiros**” refere-se à comparticipação do Município na realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM). A contribuição do município para o FAM foi reduzida pelo artigo 303 da Lei 114/2017 de 29/12, sendo que o valor a pagar em 2020 é de 17.727 €. A participação termina em 2020.

“**Passivos Financeiros**” referem-se a amortizações de empréstimos de médio e longo prazos anteriormente contratados pelo município.

Dentro deste valor está incluído o empréstimo de curto prazo a contratar no início do ano (600.000 €). Este empréstimo está considerado pelo mesmo valor quer na despesa, quer na receita, ou seja, não influencia o equilíbrio do orçamento.





### 3.4. Grandes Opções do Plano (GOP)

As GOP, de horizonte móvel de 4 anos, constituem o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, a desenvolver para o ano a que se refere o orçamento.

São parte integrante deste documento:

- O **PPI** – Plano Plurianual de Investimentos
- As **AMR** – Atividades mais Relevantes

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Câmara Municipal e explicita a respetiva previsão de despesa, contemplando igualmente os ajustamentos resultantes das execuções anteriores.

O PPI apresenta valores dentro da linha de investimentos definida.

As AMR constituem um conjunto de atividades coordenadas, englobando um grupo de ações marcantes, de duração inferior a um ano, que regra geral se realizam e esgotam num exercício económico e que enquadramos em despesas correntes e em despesas de capital, (na parte das transferências de capital - investimentos realizados por entidades diversas da Câmara).

<b>GOP</b>	<b>2020</b>
Plano Plurianual de Investimentos	7.752.627
AMR - Atividades Mais Relevantes	5.509.590
<b>TOTAL</b>	<b>13.262.217</b>



### 3.4.1 PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Desenvolvendo o PPI com esta estrutura, obtivemos totais por objetivo e por programa que nos permitem ter uma visão setorial do que a Câmara tenciona realizar no período, em cada um desses setores.

DESIGNAÇÃO	POR	POR	% NO TOTAL
	PROGRAMA	OBJECTIVO	DE DOTAÇÕES
<b>OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>		<b>978.061</b>	<b>12,6%</b>
Programa 2 - Equipamentos e Serviços	260.551		3,4%
Programa 3 - Segurança e ordem pública /Proteção Civil	717.510		9,3%
<b>OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS</b>		<b>2.368.480</b>	<b>30,6%</b>
Programa 1 - Educação	107.709		1,4%
Programa 02 - Saúde	20.000		0,3%
Programa 4 - Saneamento	19.500		0,3%
Programa 5 - Águas	122.856		1,6%
Programa 6 - Resíduos Sólidos	20.490		0,3%
Programa 7 - Coesão Social	1.106.075		14,3%
Programa 8 - Cemitério	4.002		0,1%
Programa 9 - Proteção do Meio Ambiente	353.353		4,6%
Programa 10 - Cultura	80.683		1,0%
Programa 11 - Desporto	533.812		6,9%
<b>OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>		<b>4.396.086</b>	<b>56,7%</b>
Programa 1 - Industria e Energia	1.914.882		24,7%
Programa 2 - Ordenamento do Território	6.150		0,1%
Programa 3 - Rede Viária e Arruamentos Municipais	2.230.822		28,8%
Programa 4 - Transportes Rodoviários	226.406		2,9%
Programa 6 - Mercados e Feiras	16.326		0,2%
Programa 7 - Turismo	1.500		0,0%
<b>OBJECTIVO 4 - OUTRAS FUNÇÕES</b>		<b>10.000</b>	<b>0,1%</b>
Programa 3 - Juventude	10.000		0,1%
<b>TOTAL DO PPI</b>	<b>7.752.627</b>		<b>100%</b>

O Plano de Investimentos para o ano de 2020 totaliza 7.752.627 €, repartido em 4 objetivos e 19 programas.

Nas **funções económicas**, a Câmara prevê investir 4.396.086 € o que representa 56,7 % do PPI. O programa com mais destaque é o “Programa 3 – Rede Viária e Arruamentos Municipais”, “Programa 1 – Industria e Energia” e o “Programa 4 – Transportes Rodoviários”.

Nas **funções sociais** verifica-se que representam 30,6 % do investimento previsto, com destaque acentuado para o “Programa 7 – Coesão Social” com 14,3 %, para o “Programa 11 – Desporto com 6,9 %, e para o Programa 9 – Proteção do Meio Ambiente com 4,6 %.

No mapa do PPI poderão ser vistos os projetos que constituem estes programas.

As **funções de administração geral**, absorvem 12,6 % do investimento.



Os principais projetos que compõem o plano de investimentos para o ano de 2020 são:

Designação	Total Ano
Requalificação do Espaço Público - ARU 1	1.400.410
Parque Empresarial do Entroncamento	1.398.219
Req. Urbana Espaço Público, Equip. e Edificado nos Bairros Sociais - ARU3	1.054.350
Edifício para Força de Segurança - Esquadra da P.S.P.	717.510
Conclusão das Obras de Urbanização - Loteamento "Fontalgarve"	400.000
Eficiência Energética - Piscinas Municipais	352.639
Consolidação das Margens da Albufeira do Bonito	294.680
Melhoria do Desempenho Energético do Município - Iluminação Pública (ITI)	193.458
Benef. CM1179-Ligação concelho Ent.ª até limite T.Novas-Z.I.Riachos	151.205
Melhoria do Desempenho Energético do Município - 2.ª Fase	150.000
Pista de Atletismo - Pavimento	129.600
Mobilidade Urbana	125.280
Manutenção Arruamentos, Estacionamento e Passeios	122.365
Requalificação Espaço Público - Bairro Camões	83.214
<b>Principais Projetos</b>	<b>6.572.930,00</b>
<b>% no Total do PPI</b>	<b>84,78%</b>
<b>Total do PPI</b>	<b>7.752.627,00</b>

De referir que apesar de não estarem contempladas na listagem acima, é intenção do executivo dar início a projetos como:

- Melhoria da Eficiência Energética – Fase 2
- Projeto de uma nova biblioteca
- Centro de Mobilidade Urbana
- Projeto de Eficiência Hídrica

Poderá tornar-se necessário a contratação de um empréstimo de MLP para financiar algum destes projetos.



### 3.4.2 AMR – Atividades Mais Relevantes

Para 2020, totalizam 5.509.590 €.

DESIGNAÇÃO	POR	POR	% NO TOTAL DE DOTAÇÕES
	PROGRAMA	OBJECTIVO	
<b>OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>		<b>217.111</b>	<b>3,9%</b>
Programa 01 - Administração Geral	63.800		1,2%
Programa 02 - Equipamentos e Serviços	53.490		1,0%
Programa 03 - Segurança e Ordem Pública	99.821		1,8%
<b>OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS</b>		<b>3.211.095</b>	<b>58,3%</b>
Programa 01 - Educação	480.666		8,7%
Programa 02 - Saúde	500		0,0%
Programa 03 - Ação Social	101.410		1,8%
Programa 04 - Saneamento	539.395		9,8%
Programa 05 - Águas	1.137.875		20,7%
Programa 06 - Resíduos Sólidos	388.040		7,0%
Programa 09 - Proteção do Meio Ambiente	60.000		1,1%
Programa 10 - Cultura	352.447		6,4%
Programa 11 - Desporto	99.207		1,8%
Programa 12 - Outras Atividades Cívicas	13.937		0,3%
Programa 13 - Protocolos	37.618		0,7%
<b>OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>		<b>474.204</b>	<b>8,6%</b>
Programa 01 - Indústria e Energia	380.340		6,9%
Programa 04 - Transportes Rodoviários	1		0,0%
Programa 05 - Comércio	9.663		0,2%
Programa 06 - Mercados e Feiras	73.200		1,3%
Programa 07 - Turismo	11.000		0,2%
<b>OBJECTIVO 4 - OUTRAS FUNÇÕES</b>		<b>1.607.180</b>	<b>29,2%</b>
Programa 01 - Operações da dívida autárquica	1.492.002		27,1%
Programa 02 - Transferências entre administrações	110.178		2,0%
Programa 03 - Juventude	5.000		0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>5.509.590</b>		<b>100,0%</b>



A área mais representativa é “**Funções Sociais**”, com as quais o município prevê gastar 3.211.095 € e representa 58,3 % do total das AMR, destacando-se:

**Programas: “04 - Saneamento / 05 – Água / 06 – Resíduos Sólidos “**

Estes 3 programas totalizam 2.065.310 € e representam 37,5 % do total das atividades mais relevantes.

**Programa 01 – “Educação” representa 8,7 %.**

Destaca-se neste programa o projeto “**Estudar na Cidade**” que se divide em aquisição de livros e material escolar num valor estimado em cerca de 24.000 €, num apoio complementar ao Pré-escolar no valor de 750 € (verba distribuída às salas de aula do Pré-escolar para a compra de material didático) e apoio escolar (5º ao 11º ano) num valor total de 32.000 €, esta medida implica uma comparticipação na compra de livros e material escolar por cada aluno **matriculado do 5º ao 11º ano inclusive.**

**Programa 10 – “Cultura” representa 6,4 %**

Compõe-se essencialmente do apoio a atividades no âmbito cultural e desportivo e bem assim a associações e coletividades do concelho que desempenham a sua atividade nestes domínios e ainda de iniciativas promovidas pelo município.

O Objetivo 04 – Programa 01 diz respeito ao serviço da dívida, para o qual se estima a importância de 1.492.002 €. Incluem-se os encargos com juros e amortizações dos empréstimos que o município tem contratados (27,1 %).



#### 4. Quadro Plurianual Municipal

Tendo em conta o art.º 44 da Lei 73/2013 de 03 de setembro o órgão executivo terá de apresentar ao órgão deliberativo municipal, em simultâneo com a proposta de orçamento municipal, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental.

O quadro plurianual define os limites para a despesa do município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento de Estado e as cobradas pelo município. Os limites são vinculativos para o ano seguinte ao exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes.

Tendo em conta o art.º 47.º da referida lei os elementos constantes do quadro plurianual são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da lei.

Neste contexto de omissão legislativa, que se verificou também em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, e atendendo à complexidade dos documentos envolvidos, à ausência de tipificação de documentos, bem como ao facto dos valores projetados para 2020 se tornarem vinculativos, entende-se não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Segue na folha seguinte a posição da ANMP acerca do assunto.

Assunto: **Quadro plurianual municipal**

1. São muitas dezenas os Municípios que têm vindo a contactar a ANMP, em relação à elaboração do “**Quadro Plurianual Municipal**”, previsto no art.º 44.º da Lei n.º 73/2013 (Lei de Finanças Locais – LFL).
2. O referido “**Quadro Plurianual Municipal**” carece da regulamentação estabelecida no art.º 47.º da mesma Lei, o qual dispõe que “**Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei**”.  
O decreto-lei a que se refere o art.º 47.º **deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014**, sendo que, mesmo que fosse publicado nos próximos dias, não permitiria a sua aplicação pelos Municípios no processo de preparação dos documentos previsionais para 2015, em curso.
3. Acresce que, nos termos do n.º 3 do art.º 47.º da LFL, “**os limites** (a que se refere o n.º 2 do mesmo artigo) **são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento.**”  
Ora **não podem os Municípios** correr o risco **de aprovar documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe**.  
Por outro lado, a não tipificação de documentos com o conteúdo dos que estão em causa, impedirá a realização de quaisquer análises integradas e sujeitam os Municípios à posterior verificação discricionária do Tribunal de Contas, com os resultados desastrosos que são conhecidos pelos mesmos.
4. Assim, a ANMP entende não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do art.º 44 da lei n.º 73/2013, por omissão legislativa do Governo desde 3 de janeiro de 2014.  
A ANMP considera que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2016, independentemente do carácter voluntário de qualquer exercício que os Municípios entendam desenvolver, no âmbito do respetivo processo de planeamento.



## 5. Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

Na sequência da aprovação do Decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública, o qual entra em vigor em princípio em 01 de janeiro de 2020, os Municípios tinham a dúvida se o presente Orçamento era preparado com base no POCAL (que será revogado com a entrada do SNC-AP) ou era feito utilizando os novos classificadores da receita e da despesa aprovados pelo SNC-AP.

Em relação a esta dúvida a DGAL esclareceu que o Orçamento de 2020 é preparado e aprovado em **base POCAL** e que em 2020 iria haver a conversão do Orçamento 2019 para o SNC (documento abaixo).

ASSUNTO: Elaboração e aprovação dos documentos previsionais das entidades públicas autárquicas para o ano de 2020: POCAL | Divulgação do entendimento da CNC.

Na sequência do adiamento da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) para dia 1 de janeiro de 2020, para as entidades do SAL (Subsetor da Administração Local), foi solicitado parecer à Comissão de Normalização Contabilística (CNC) sobre o referencial contabilístico a seguir na elaboração e aprovação dos documentos previsionais das entidades públicas autárquicas para o ano de 2020.

Desse modo, esta Direção-Geral vem dar conhecimento a V. Exa. de que a CNC *“reitera o entendimento de que o orçamento das entidades autárquicas para 2020, a elaborar em 2019, ainda será preparado de acordo com o modelo do POCAL, havendo depois, a partir de 1/1/2020, um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP.”*



## 6. Responsabilidades Contingentes

Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 46º do RFALEI, os municípios devem de incluir no relatório do orçamento quadro com a identificação e descrição das responsabilidades contingentes.

Descrição	Autor	Valor máximo de impacto	Previsão de impacto em 2020	Grau de Incerteza
Devolução de Fundos Comunitários (Escola EB 2,3 Dr. Ruy Andrade )	Agencia para o Desenvolvimento e Coesão	784.729,08	-	Aguarda decisão da ação principal
Pretende o autor a anulação do contrato para concessão da gestão, exploração e manutenção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações celebrado entre o Município do Entroncamento e a FIRST RULE, SA	PT-Comunicações, SA	-	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação
Pretende o autor que o ato de aplicação de penalidades seja declarado nulo, por não conter o respetivo conteúdo e objeto.	Nogueira & Matias, Lda	-	-	Foi elaborada contestação, tendo o autor deduzido resposta à contestação.
Pretende o autor a que o Município seja condenado a indemnizar o Autor pela violação do seu direito de propriedade sobre o logotipo e projeto de sinalética relativa ao Parque Verde do Bonito.	A&L Criatividade e Comunicação, Lda	100.000,00	-	TAF de Leiria declarou-se incompetente. Processo foi remetido para Tribunal de Propriedade Intelectual
Pretende o Autor que seja declarada a resolução do contrato de Prestação de Serviços de Projeto de Remodelação/Ampliação do Cineteatro São João, celebrado com a Demandante, em 11 de outubro de 2010, por facto imputável ao Demandado.	JA-Arquitectos, Lda	42.357,80€ + Juros de mora no valor de 38.330,39€	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação.
Pretende o Autor que seja declarada a ilicitude da rescisão contratual operada pelo Réu e condenando o Réu a indemnizar a Autora pelos danos causados.	Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda	32.400,00€ + juros vincendos	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação
Pretende o Autor o reconhecimento do direito do Autor ao subsídio de reintegração.	João José Pescador de Matos Fanha Vieira	15.829,93+ juros de mora	-	Sentença absolveu o Município dos pedidos formulados pelo Autor. Foi interposto Recurso pelos Autores. Fase de apresentação das contra alegações.
Pretendem os Autores que lhe seja reconhecido o direito de propriedade sobre o prédio urbano (loteamento), no qual se inclui a parcela de terreno com a área de 1 912,30m <sup>2</sup> sito na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho do Entroncamento, que seja declarada a nulidade do Protocolo de Acordo entre o Réu Município do Entroncamento e o Autor Fernando de Jesus Ferreira.	Fernando de Jesus Ferreira, Elisabete Trindade Ferreira Gomes, Nuno Fernando Trindade Ferreira e Rafael Trindade Ferreira	326.200,00€+ juros	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação
Com a ação vem o Autor pedir que fosse julgado procedente o requerimento executivo e em consequência especificar os atos e operações em que consiste a integral execução da sentença do Processo n.º 1320/13.0BELRA-A.	Autor- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL)	-	-	Aguarda-se desenvolvimentos
Com a ação veio o Autor pedir a condenação do Município do Entroncamento a pagar-lhe uma indemnização no valor de 11.768,31€, a acrescida de juros de mora desde a data de citação, à taxa legal, até efetivo e integral pagamento, por responsabilidade civil extracontratual.	Jaime de Jesus Batista Figueiredo	11.768,31€	-	Aguarda-se prolação do Acórdão
Com a ação veio o Autor pedir o reconhecimento e declarado que o vínculo não se suspende quando falte mais de 30 dias no serviço por motivo de doença, por se encontrar no regime convergente e ser ainda o Município condenado ao processamento e pagamento de 50 dias de férias vencidas e não gozadas.	Domingos Alexandre Oliveira Lopes	-	-	Decorrer prazo para apresentação Contestação
Com a ação veio a Autora pedir a condenação do Município a proceder à alteração da posição remuneratória da 4.ª, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018.	Edite Lopes Tomás	-	-	Aguarda sentença

Do quadro acima destaca-se o processo de devolução de fundos comunitários recebidos na sequência da construção da Escola EB 2,3 Dr. Ruy Andrade.

O Município colocou uma providência cautelar para suspender a decisão da Agencia para o Desenvolvimento e Coesão e aguarda decisão por parte do tribunal. O processo aguarda neste momento a decisão da ação principal.



Entroncamento, 29 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria